

## **COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E MINORIAS**

### **Requerimento nº 05/2009**

**(Do senhor Pedro Wilson e Paulo Teixeira)**

Requer a realização de Audiência Pública conjunta com a Comissão de Desenvolvimento Urbano para tratar do direito humano à moradia

Senhor Presidente,

Requeiro a V. Ex<sup>a</sup>., nos termos do art. 68, do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, a realização, no dia 10 de março de 2009, de Audiência Pública conjunta com a Comissão de Desenvolvimento Urbano para exposição e debate sobre o direito humano à moradia.

### **Justificação**

Atendendo a pedido da Relatoria Nacional do Direito Humano à Moradia Adequada e Terra Urbana, da Plataforma DhESCA Brasil, vimos apresentar a proposta de uma Audiência Pública conjunta desta Comissão com a Comissão de Desenvolvimento Urbano, para discussão, encaminhamentos e proposições acerca da efetivação do direito humano à moradia adequada no Brasil, em especial naquelas cidades visitadas pela Relatoria Nacional no mandato 2007 – 2009.

A Relatoria do Direito Humano à Moradia Adequada e Terra Urbana, assim como as demais Relatorias coordenadas pela Plataforma DhESCA Brasil, constitui uma das principais estratégias de monitoramento dos DhESCA no país favorecendo a articulação e o fortalecimento das organizações que atuam em direitos humanos. A visibilidade das denúncias das violações dos direitos humanos e esforços para a prevenção e solução pacífica de conflitos fundiários vêm conferindo legitimidade às Relatorias e consolidando-se como um importante instrumento de ação de política pública para o respeito e melhoria da qualidade de vida da população brasileira, em especial as que têm os direitos humanos à moradia e à cidade sustentável violados.

A Plataforma Brasileira de Direitos Humanos Econômicos, Sociais, Culturais e Ambientais (Plataforma DhESCA Brasil) é uma articulação nacional de movimentos e organizações da sociedade civil que desenvolve ações de promoção, defesa e reparação dos Direitos Humanos Econômicos, Sociais, Culturais e Ambientais, visando o fortalecimento da cidadania e a radicalização da democracia. As Relatorias Nacionais DhESC têm por objetivo contribuir para que o Brasil adote um padrão de respeito aos direitos humanos com base na Constituição Federal e nos tratados internacionais de proteção dos direitos humanos ratificados pelo país, através da nomeação de especialistas relacionados a direitos específicos (educação, saúde, alimentação, moradia adequada, trabalho e meio ambiente). Este projeto é coordenado pela Plataforma Brasileira de Direitos Humanos Econômicos, Sociais, Culturais e Ambientais, com apoio do Programa de Voluntariado das Nações Unidas

(PNUD/ONU), da Secretaria Especial de Direitos Humanos e da Procuradoria Federal do Direito do Cidadão do Ministério Público Federal.

Dentre os conflitos fundiários urbanos, a ameaça de despejos é a principal violação, e tem gerado mobilizações em todo o mundo. Os despejos forçados e as ameaças de despejo são temas constantes nas denúncias recebidas pela Relatoria Nacional, demonstrando que a população brasileira de pouco poder econômico vive insegura, com medo de que a qualquer momento poderá perder seu pequeno teto.

A implantação de megaprojetos de desenvolvimento de uma determinada região também tem se constituído como uma forte agressão às populações locais e ao meio ambiente. Esses projetos impactam de maneira nociva a população de baixa renda e implicam a sua remoção e a alteração de todo o seu modo de vida e suas relações sociais, econômicas e culturais.

Ademais, a falta de compromisso do Estado para efetivar os programas de habitação de interesse social pode ser verificada tanto pelo constante bloqueio financeiro para continuidade das obras habitacionais quanto pela morosidade na execução das obras públicas destinadas a atender a população carente, sobrepondo o poder político autoritário na desmobilização da organização social que luta pelos seus direitos à moradia.

Outro foco de atuação da Relatoria tem sido a questão do saneamento e da urbanização. Em grande parte das missões têm sido constatadas graves situações de risco ambiental à vida e à saúde da população de baixa renda, exposta a condições insalubres pela falta de saneamento básico das cidades (como em Natal/RN, Teresina/PI Recife/PE, Rio Grande/RS, Belém/PA, João Pessoa/PB, Macapá, Manaus e nas cidades da Baixada Fluminense/RJ). A falta de urbanização adequada deixa a população vulnerável à saúde e exposta a violência urbana.

A Relatoria Nacional do Direito Humano à Moradia Adequada e Terra Urbana constatou também que a participação do Judiciário tem se dado de forma tímida e isolada na promoção e defesa do direito humano à moradia. Em grande parte dos casos em que há sentenças para execução dos despejos, os tribunais autorizam o uso da força policial e não avaliam o cumprimento do princípio da função social da propriedade nas ações de reintegração propostas em áreas ocupadas por famílias de baixa renda.

Nesse sentido, a representatividade e legitimação das Relatorias DhESCA é um constante desafio, tendo em vista a articulação desenvolvida entre os principais atores da sociedade civil na temática urbana (Fórum Nacional da Reforma Urbana, movimentos de moradia de âmbito nacional, organizações de defesa do direito às cidades e articulações regionais e estaduais), assim como o apoio de órgãos públicos (Procuradoria Federal dos Direitos do Cidadão do Ministério Público Federal, Secretaria Especial de Direitos Humanos, e, em alguns locais de conflito, Ministério Público Estadual, Defensoria Pública, Comissões de Direitos Humanos das casas legislativas e poder público local em geral). Embora as relações sejam constantemente articuladas com estes atores sociais e políticos, não há uma estabilidade no apoio e na parceria nos casos de violações de direitos.

Considerando o exposto, a Relatoria Nacional da Moradia sugere a realização de uma Audiência Pública no Congresso Nacional, a ser realizada no mês de março do corrente ano, para discutir as violações do direito à moradia nas cidades brasileiras em especial nas cidades de São Paulo e São José dos Campos (pela política de higienização imposta aos moradores das áreas centrais), de Manaus (pelo grande número de despejos ocorridos), de Macapá (pelo grande número de famílias que moram em áreas insalubres) e de Rio Grande (pelos megaprojetos de desenvolvimento em execução).

Salientamos a importante parceria desta Casa para a solução de conflitos urbanos investigados por esta Relatoria.

No aguardo de retorno, renovamos nossos protestos de estima e consideração.

Sala das Sessões, 12 de fevereiro de 2009.

**Deputado Pedro Wilson (PT/GO)**

**Deputado Paulo Teixeira (PT/SP)**